

Manuel de Almeida Damásio

Conhecer o passado para conquistar o futuro

Presidente da Direção da COFAC

A Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto decidiu editar um número especial da sua revista “1820”, sobre a revolução liberal, que também é chamada, por vezes, de “revolução de 1820”.

Com efeito, ambas as designações expressam idênticos conteúdos: uma mudança política, económica e social profunda, que veio abrir caminho à modernização de Portugal, ao longo dos séculos XIX e XX, pelo triunfo das novas ideias, oriundas dos enciclopedistas franceses, dos novos filósofos, das mudanças revolucionárias ocorridas, especialmente ao longo dos séculos XVII, XVIII E XIX, que alteraram os modos de produção de bens e serviços e a respetiva comercialização.

A ocorrência quase simultânea da revolução industrial e da revolução liberal dificulta entender qual foi a mais importante e a mais decisiva para o triunfo de ambas. Ou seja, sem as novas ideias revolucionárias, apelando especialmente ao triunfo do individualismo e da democracia, seria possível o aproveitamento industrial das novas energias, como o vapor de água ou a eletricidade?

O que é certo é que há uma relação dinâmica entre elas, e que, por isso, são indissociáveis e influenciaram-se mutuamente.

Na verdade, para o seu triunfo, é tão importante o papel dos burgueses – habitantes dos novos aglomerados populacionais que estão na génese das grandes cidades, localizados junto aos grandes entrepostos portuários de

carga e descarga de matérias primas, de mercadorias ou produtos acabados, e destinadas, primeiramente, às manufaturas e depois ao aproveitamento da energia do vapor de água, propiciador do processo de industrialização.

Os burgueses ou comerciantes foram hostilizados pelo antigo regime e, por isso, não desistiram de promover as novas energias e as novas tecnologias. Para o efeito apoiaram, ou até financiaram, a difusão das novas ideias filosóficas, revolucionárias, para substituir o poder político iluminista pelos princípios e valores democráticos.

Portugal, pobre de estruturas inovadoras e de intervenção académica, acompanhou com muito atraso o desenrolar de ambas as revoluções, na Inglaterra, ainda no século XVII e a segunda nos séculos XVIII E XIX, em vários países europeus. Todavia, em Portugal, principalmente mercê das invasões francesas e da intervenção britânica para as derrotar, a revolução liberal democrática avançou em 1820. O processo de início titubeou, mas dadas as condições sociais objetivas, foi finalmente vitorioso em 1834, depois de uma sangrenta guerra civil.

Devido a esses avanços e recuos, Portugal perdeu o passo acelerado da marcha das revoluções liberal e industrial, não só no que se refere à introdução tardia das novas energias e das novas tecnologias, especialmente nas áreas da educação e da literacia, mas também pelo atraso cultural e educativo. Recorde-se que no final do século XIX, cerca de 75% dos portugueses eram analfabetos e a economia essencialmente agrícola.

Mesmo atualmente, Portugal está longe de alcançar os padrões dos países plenamente liberais e democratas. A comprová-lo basta consultar os índices de desenvolvimento da União Europeia: se o critério é positivo, Portugal surge no final da estatística; se o critério é negativo, Portugal enfileira nos primeiros escalões!

Parabéns, por isso aos responsáveis da Faculdade de Direito e Ciência Política da Universidade Lusófona do Porto pela opção de aprofundar e divulgar o conhecimento de uma questão tão importante para o futuro de Portugal: conhecer o passado é essencial para programar e conquistar o futuro.